



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

AVALIAÇÃO OBJETIVA - SELEÇÃO PÚBLICA PARA ESTAGIÁRIO

2011

Nome: _____ CPF: _____

Instruções para a prova

01. Escreva seu nome e CPF, de forma legível, nos locais indicados.
02. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
03. Ao receber a autorização do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita após iniciada a prova.
04. Verifique se este caderno de provas contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
05. Para cada questão há quatro opções: A, B, C e D. Apenas uma delas está correta.
06. Leia cuidadosamente cada uma das questões e marque a opção de sua escolha. Essa resposta deve ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS que será entregue após decorrida 1 (uma) hora do início da prova.
07. Na FOLHA DE RESPOSTAS, as questões são representadas pelos seus respectivos números. Preencha, completamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas, conforme o exemplo:

A

B

C

D



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

08. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda, rasura, uso de corretivo ou para qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.

09. Não esqueça de assinar a FOLHA DE RESPOSTAS.

10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, telefone celular, *page*, *ipod*, *ipad* etc.).

11. Ao final da prova há um “Gabarito Rascunho”, no qual o candidato poderá, se assim o desejar, anotar suas respostas para comparação com o Gabarito Oficial, quando de sua divulgação.

12. Ao terminar a prova, entregue este CADERNO DE PROVAS e a FOLHA DE RESPOSTAS ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

LISTA DE ABREVIATURAS

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; TST – TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO; TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO; TRF – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL; AGU – ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO; PGFN – PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL; CF/88 ou CR/88 – CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988; CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; CTN – CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL; DAU – DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO; FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS; LC – LEI COMPLEMENTAR; IRPF – IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA; IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS; ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS; PIS/PASEP – CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO (PASEP); COFINS – CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL; RFB – RECEITA FEDERAL DO BRASIL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

CADERNO DE PROVAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Quanto à extinção do ato administrativo, é correto afirmar:

- a) Oportunidade e conveniência justificam a *cassação* do ato administrativo;
- b) A *anulação* pode dar-se por ato administrativo ou judicial;
- c) Os efeitos da *revogação* retroagem à data inicial de validade do ato revogado;
- d) É factível a *convalidação* de todo ato administrativo.

2. A exigência imposta por lei municipal, determinando recuo de certo número de metros na construção a ser levantada em terreno urbano, constitui:

- a) Servidão predial;
- b) Limitação administrativa;
- c) Desapropriação parcial do terreno;
- d) Servidão administrativa.

3. Assinale a alternativa correta:

- a) Os órgãos da Administração Federal têm personalidade jurídica própria, podendo ser criados e extintos por ato administrativo;
- b) As autarquias são pessoas de capacidade administrativa criadas por lei e sujeitas ao regime de direito público;
- c) As fundações públicas são dispensadas de realizar concurso para admissão de seus servidores, os quais não se sujeitam ao regime jurídico único;
- d) As sociedades de economia mista são entidades sem fins lucrativos, inteiramente sujeitas ao regime jurídico-administrativo.

4. Assinale no rol abaixo o bem que integra o patrimônio do Estado Federado:

- a) praias marítimas.
- b) potenciais de energia hidráulica.
- c) recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- d) cavidades naturais subterrâneas.

5. Acerca do controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial é levado a efeito pelo Poder Judiciário e pelos Tribunais de Contas.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- c) É inadmissível o controle administrativo da Administração Pública, visto que o princípio do controle pressupõe que fiscalizado e fiscalizador sejam pessoas distintas.
- d) No exercício do controle externo, compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de recursos repassados pela União aos Municípios.

6. Considere os seguintes conceitos:

- 1. atos administrativos de comando abstrato e impessoal, semelhantes aos mandamentos da lei;
- 2. atos administrativos resultantes da vontade de um único órgão, mas que dependem da verificação por parte de outro órgão, para serem exequíveis;
- 3. atos administrativos que se dirigem a destinatários certos, criando-lhes situação jurídica particular.

Correlacionam-se, pela ordem, com a classificação dos atos administrativos em:

- a) gerais, compostos e individuais.
- b) gerais, complexos e individuais.
- c) gerais, complexos e simples.
- d) de gestão, compostos e simples.

7. A circunstância a partir da qual a Administração dá ao bem expropriado destinação diversa daquela inicialmente prevista denomina-se:

- a) retrocessão;
- b) desapropriação;
- c) reversão;
- d) desvio de finalidade;

8. São elementos constitutivos do Contrato Administrativo, entre outros:

- a) Caráter "intuitu personae", amplo acordo de vontades e objeto lícito;
- b) Finalidade, previsão de multa e prazo indeterminado;
- c) Executabilidade, informalidade e impenhorabilidade;
- d) Moralidade, publicidade, competência, formalidade e tutela administrativa.

9. Dispõe a Constituição Federal de 1988 que os atos de improbidade administrativa importarão:

- a) somente a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas;
- b) somente a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento do dano ao erário, na forma e gradação previstas em lei;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- c) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível;
- d) somente a cassação dos direitos políticos e a ação penal contra o agente público.

10. Com relação às entidades da administração pública indireta é correto afirmar:

- a) A Ordem dos Advogados do Brasil, criada por lei específica, pode ser enquadrada como sociedade de economia mista;
- b) As autarquias são criadas por lei e, apesar de possuírem personalidade jurídica de direito privado, não têm capacidade de auto-organização;
- c) As sociedades de economia mista, em regra, poderão ser estruturadas sob qualquer forma admitida em direito, podendo ser civil ou comercial;
- d) As empresas públicas são criadas e extintas por lei, possuindo personalidade jurídica de direito privado estando sujeitas ao controle estatal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Após a realização de uma prisão, a Constituição Brasileira determina à autoridade policial que:

- a) informe imediatamente ao juiz e à família sobre a prisão;
- b) apresente o preso ao juiz em vinte e quatro horas;
- c) apresente o preso ao juiz em quarenta e oito horas;
- d) informe imediatamente à autoridade superior sobre a prisão.

12. Aos Tribunais de Justiça dos Estados é **vedado** julgar a constitucionalidade de:

- a) lei ou ato normativo municipal em face da *Constituição Federal*, pela via do controle abstrato de constitucionalidade;
- b) lei ou ato normativo municipal em face da *Constituição do respectivo Estado*, pela via do controle abstrato de constitucionalidade;
- c) lei ou ato normativo *federal* em face da *Constituição Federal*, pela via do controle difuso e incidental de constitucionalidade;
- d) emenda à *Constituição do respectivo Estado* em face da *Constituição Estadual*, pela via do controle abstrato de constitucionalidade.

13. A CF vigente:

- a) é explícita e expressa em atribuir ao Ministério Público a função de zelar pelo respeito ao direito à saúde e pelas medidas necessárias a sua garantia;
- b) *não veda* a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde;
- c) exige de estados e municípios a aplicação em saúde de *peelo menos quinze por cento* da receita própria resultante de impostos;
- d) impõe limites ao endividamento do orçamento da saúde.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

14. Assinale a opção correta:

- a) As decisões tomadas por membros do Judiciário em processos que correm em segredo de Justiça *não precisam* ser fundamentadas;
- b) A exigência de fundamentação das sentenças judiciais pode ser tida como satisfeita quando o magistrado adota parecer do Ministério Público como a motivação da sentença em mandado de segurança;
- c) Como garantia do recrutamento de magistrados probos e de conduta ilibada, os juízes das instâncias superiores (Desembargadores e Ministros) somente adquirem a vitaliciedade depois de vencido estágio probatório;
- d) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União **não constitui** um dos ramos especializados do Ministério Público da União.

15. Assinale a opção correta.

- a) É inconstitucional a lei municipal que concede *reajuste automático* de vencimentos aos servidores municipais pela variação de índices apurados por órgãos do *Governo Federal*.
- b) O Município **não tem** competência para legislar sobre horário de funcionamento de farmácias e drogarias.
- c) É inconstitucional a lei que reduz o valor de pensão *instituída por ato de liberalidade* do Município.
- d) Lei Municipal **não pode** instituir teto remuneratório para os servidores do Município, sob pena de inconstitucionalidade formal.

16. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:

- a) Somente o Supremo Tribunal Federal pode exercer o controle abstrato da legitimidade de leis **em face da Constituição Federal**.
- b) Os Tribunais de Justiça **podem** declarar, *incidentalmente*, a inconstitucionalidade de leis em face da *Constituição do Estado*, **mas não em face da Constituição Federal**.
- c) Um juiz estadual, confrontado com uma questão de inconstitucionalidade de lei estadual, deve suspender o processo e submeter a questão ao Plenário ou ao órgão especial do Tribunal de Justiça a que se vincula.
- d) Somente juízes federais têm autorização constitucional para declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de leis federais.

17. Assinale a alternativa em que há devida correlação entre os enunciados referentes às limitações ao poder de tributar por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os princípios constitucionais tributários:

- a) *É vedado utilizar tributo com efeito de confisco* = **princípio da isonomia**;
- b) *É vedado exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça* = **princípio da capacidade contributiva**;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

c) *É vedado cobrar tributo no mesmo exercício financeiro no qual foi publicada a lei que o instituiu ou o aumentou* = **princípio da anterioridade**;

d) *É vedado instituir imposto sobre templos de qualquer culto* = **princípio da legalidade**.

18. O princípio da Administração Pública consagrado pela Súmula nº 473, do Supremo Tribunal Federal: "a administração *pode anular os seus próprios atos*, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial", é o da:

- a) Legalidade;
- b) Especialidade;
- c) Autotutela;
- d) Presunção de legitimidade.

19. NÃO representa um dos princípios básicos da Administração Pública o da:

- a) moralidade;
- b) publicidade;
- c) razoabilidade;
- d) conformação estrutural.

20. A distribuição de competências, entre as entidades políticas, segundo o modelo adotado pela nossa Constituição, obedece, entre outras, às seguintes regras:

- a) as normas federais têm prevalência sobre as estaduais, e estas sobre as municipais, *em qualquer hipótese*;
- b) os poderes da União são enumerados, os do Estado são remanescentes e os do Município definidos indicativamente;
- c) em se tratando de competência concorrente, a União pode editar tanto normas gerais, quanto específicas;
- d) o exercício da competência suplementar dos Estados depende de autorização em lei federal de caráter geral.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Foi publicado em 26 de abril de 2011, no Diário Oficial da União, o Decreto nº. 10.000/2011, que alterou a alíquota do IPI incidente sobre determinados produtos eletrônicos, *entrando em vigor na data da publicação*. O tributo poderá ser exigido, com referida majoração, a partir de:

- a) 26/04/2011;
- b) 25/07/2011;
- c) 01/01/2012;
- d) Não poderá ser exigido, porque a alteração se deu por ato do Poder Executivo.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

22. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – É possível a instituição de *isenção* de **tributos estaduais ou municipais** por meio de *tratado internacional*.

II – A CR/88 prevê o princípio da **anualidade tributária**.

III – A CR/88 **admite hipótese de delegação da atribuição para fiscalização e cobrança do ITR**.

IV – É facultado *a todos os entes da Federação* a possibilidade de, mediante *Lei Complementar*, instituir impostos **não** previstos na CR/88.

- a) V F V F;
- b) V V F F;
- c) F V F V;
- d) F F V F.

23. Com a criação da Lei da Super-Receita, a União (Fazenda Nacional) passou a fiscalizar e arrecadar as contribuições previdenciárias destinadas ao INSS, criadas pela Lei nº 8.212/91, de acordo com a competência conferida pelo art. 195 da CR/88. A lei não alterou, entretanto, a destinação constitucionalmente prevista para referidos tributos. A partir da vigência do diploma, pode-se dizer, em relação a essas contribuições, que:

- a) A União possui competência tributária e capacidade tributária ativa;
- b) A União possui competência tributária e o INSS capacidade tributária ativa;
- c) A União possui capacidade tributária ativa e o INSS competência tributária;
- d) O INSS possui competência tributária e capacidade tributária ativa.

24. Quanto ao crédito tributário da União, assinale a alternativa correta:

- a) Deve ser habilitado em processo de falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento;
- b) Não se submete ao concurso de preferência;
- c) Prefere ao crédito decorrente de acidente de trabalho;
- d) É extraconcursal, se decorrente de fato gerador ocorrido no curso do processo falimentar.

25. Não é modalidade de **extinção** do crédito tributário, nos termos do CTN:

- a) A prescrição;
- b) A decadência;
- c) A dação em pagamento de bens imóveis;
- d) O depósito integral.

26. Sílvio é contribuinte do IRPF e, em razão dos seus rendimentos tributáveis auferidos no ano de 1994, apurou valor devido ao Fisco de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Por ocasião da declaração de ajuste, Sílvio omitiu tais rendimentos. Em julho de 1998, a



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

RFB apurou, em razão de declarações das fontes pagadoras, a omissão dos rendimentos e efetuou o lançamento de ofício contra Sílvio.

Devidamente intimado, o contribuinte impugnou o lançamento, tendo sido a autuação mantida pela Delegacia de Julgamento da RFB, em fevereiro de 2000. Passado em branco o prazo recursal na via administrativa, a RFB encaminhou o crédito à PFN, que o inscreveu em Dívida Ativa da União.

Em maio de 2003, Sílvio procurou a PFN de seu domicílio e requereu o parcelamento do débito, a fim de regularizar sua situação. Apesar de deferido, Sílvio pagou apenas a primeira parcela, o que ensejou a rescisão do parcelamento em julho daquele ano. Em agosto de 2007, foi ajuizada a execução fiscal em desfavor de Sílvio, tendo recebido o despacho inicial em setembro daquele ano. Após reiteradas tentativas, Sílvio foi devidamente citado por Oficial de Justiça em janeiro de 2010.

Em atenção ao caso hipotético acima, assinale a alternativa correta:

- a) O crédito tributário pode ser regularmente cobrado de Sílvio.
- b) O crédito tributário não pode ser cobrado de Sílvio, em razão da decadência.
- c) O crédito tributário não pode ser cobrado de Sílvio, em razão da prescrição.
- d) O crédito tributário não pode ser cobrado de Sílvio, em razão da prescrição intercorrente.

27. Segundo a legislação e a jurisprudência do STJ, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) É dispensável o lançamento de ofício, *quando o contribuinte apresenta declaração reconhecendo o débito*, e declara seu valor, deixando, todavia, de efetuar o pagamento, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação;
- b) É dispensável o lançamento de ofício, *quando o contribuinte efetua o depósito do montante integral*, judicial ou extrajudicialmente;
- c) É dispensável o lançamento de ofício *quando o contribuinte efetua o pagamento a tempo e modo*, apresentando, posteriormente, declaração de rendimentos, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologação;
- d) O lançamento de ofício é imprescindível e deve ser efetuado pela autoridade administrativa *em qualquer caso*.

28. O Distrito Federal instituiu, após autorização legislativa, a sociedade de economia mista exploradora de atividade econômica Banco do Candango S/A, que deverá atuar no setor de serviços bancários. Quanto à sujeição passiva tributária do referido ente, assinale a alternativa correta:

- a) O Banco do Candango S/A gozará de *imunidade tributária recíproca constitucionalmente* prevista;
- b) O Banco do Candango S/A deverá ter *tratamento tributário mais benéfico*, nos termos de **Lei Federal**;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- c) O Banco do Candango S/A deverá *se submeter às exações fiscais em igualdade de condições com as instituições privadas*;
- d) O Banco do Candango S/A gozará de imunidade em relação às contribuições para a seguridade social.

29. Assinale o tipo de tributo que **não** pode ser instituído pelos *Estados Federados* e pelos *Municípios*, segundo a CR/88:

- a) Contribuição de melhoria;
- b) Taxa;
- c) Contribuição de intervenção no domínio econômico;
- d) Contribuição para o custeio de regime próprio de previdência social.

30. Constitui base imponible do Imposto de Renda, nos termos da Lei e da jurisprudência do STJ, **exceto**:

- a) Ganhos de capital;
- b) Proventos de aposentadoria;
- c) Lucro presumido;
- d) Indenização por dano moral.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Assinale a resposta **errada**:

- a) a **sentença de mérito**, mesmo publicada, *pode ser alterada por meio de embargos de declaração*;
- b) **após** a propositura da ação, *surgindo fato extintivo do direito que influa no julgamento da lide*, **cabará ao juiz avaliá-lo**, de ofício ou a requerimento, no momento de proferir sentença;
- c) nos casos de *extinção de processo sem julgamento do mérito*, a sentença poderá ser concisa;
- d) a sentença *ultra petita* é **nula**, devendo ser **cassada** pelo Tribunal a fim de que outra seja proferida.

32. No processo perante o Juizado Especial Cível:

- a) a sentença deverá **obrigatoriamente** conter *relatório*;
- b) o juiz **não** poderá excluir as provas que considerar *excessivas*;
- c) cada parte poderá arrolar até o máximo de 5 testemunhas;
- d) **não** se admitirá *sentença condenatória* por quantia *ilíquida*, **ainda que genérico o pedido**;

33. Assinale a afirmativa correta.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

I - Caberá recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância, quando a decisão atacada contrariar texto da atual CF, sendo competente o STF para apreciá-lo.

II - Constituem pressupostos recursais: a) intrínsecos: cabimento (possibilidade recursal), interesse recursal e legitimidade para recorrer; b) extrínsecos: tempestividade, preparo, quando for o caso, e regularidade formal (com as razões do pedido de reforma da decisão).

III - A interposição do recurso **sobrestita sempre** o andamento normal do processo na instância ordinária, devolvendo-se ao Tribunal recorrido toda a matéria em decorrência do duplo grau de jurisdição.

IV - O julgamento proferido pelo Tribunal substituirá a sentença ou a decisão recorrida no que tiver sido objeto de recurso.

- a) Estão corretas I, II e IV;
- b) Todas estão incorretas;
- c) Todas estão corretas;
- d) Apenas III e IV estão incorretas.

34. Aquele que pretender a coisa ou o direito, objeto de uma lide, sobre que controvertem autor e réu, poderá, até ser proferida sentença, apresentar:

- a) denúncia da lide;
- b) nomeação à autoria;
- c) oposição;
- d) chamamento ao processo.

35. A imposição de multas diárias pelo juiz ao despachar a inicial das execuções, por obrigação de fazer ou de não fazer, fundadas em título judicial:

- a) em **nenhuma hipótese é cabível de ofício.**
- b) é cabível, *mesmo de ofício*, **só quando prevista na sentença.**
- c) é cabível, **só de ofício**, e quando omissa a sentença.
- d) é cabível, a requerimento do credor ou, mesmo, de ofício, **quando omissa a sentença.**

DIREITO CIVIL

36. Assinale a expressão correta:

- a) em se tratando de dívida quesível (ou *querable*), o devedor poderá resolver a obrigação, por meio de consignação em pagamento, provando a inércia do credor;
- b) a cláusula comissória consiste no direito do credor hipotecário em excutir o bem dado em garantia;
- c) chama-se *saisine* o princípio pelo qual a aquisição da herança se dá no momento de sua aceitação, ainda que tácita, pelo herdeiro;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

d) o parentesco por afinidade não provoca restrição de direitos.

37. Carlos, **de sessenta e cinco anos de idade**, através de escritura antenupcial, doa imóvel a Célia, de trinta anos, *com quem contraiu matrimônio civil*, **em seguida**, na forma da lei. Tal doação é considerada:

- a) inválida, em qualquer hipótese;
- b) inválida, se houver má fé da donatária;
- c) válida, pois efetuada antes do casamento;
- d) válida, contanto que não exceda à metade dos bens do doador.

38. Ficará isento de indenizar a vítima, com fundamento na responsabilidade civil, o agente que for:

- a) absolvido no juízo criminal, porque o fato de que foi acusado não constitui crime.
- b) absolvido no juízo criminal, porque negada peremptoriamente a autoria.
- c) absolvido no juízo criminal por insuficiência de provas.
- d) condenado no juízo criminal, mas em seguida anistiado.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

39. José, rancoroso com os apelidos pejorativos que as relações pouco ortodoxas de sua esposa com seu vizinho lhe renderam, decide se vingar. Dirige-se à mercearia próxima de sua casa e compra uma faca de açougueiro.

Retorna ao domicílio familiar e surpreende sua esposa e o vizinho conversando na cozinha. Munido da arma recém adquirida, tenta golpear a ambos. Após um princípio de luta corporal, José subjuga a ambos, sem, contudo, machucá-los. José, ao vê-los implorando para que não lhes tire a vida, sente remorso e se evade do local. Neste caso, será aplicado o instituto:

- a) Da tentativa;
- b) Da desistência voluntária;
- c) Do arrependimento posterior;
- d) Atenuação obrigatória da pena.

40. Não é recurso cabível nos graus ordinários de jurisdição, no processo penal de conhecimento:

- a) Apelação.
- b) Recurso em sentido estrito.
- c) Carta testemunhável.
- d) Agravo de instrumento.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

41. Na ocorrência de paralisação do trabalho, visando restabelecer a ordem jurídica e/ou o interesse público, o Ministério Público do Trabalho:

- a) representará ao Procurador-Geral do Trabalho;
- b) oficiará ao Ministério do Trabalho;
- c) instaurará o dissídio coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho;
- d) instaurará o dissídio coletivo perante a Vara do Trabalho da localidade.

42. Ao recurso de revista para o TST não se aplica a seguinte exigência:

- a) vedação à discussão de fatos de provas;
- b) necessidade do questionamento da matéria versada no recurso;
- c) depósito recursal ou sua complementação;
- d) violação direta a lei estadual de aplicação no âmbito jurisdicional referente a mais de um Tribunal Regional do Trabalho.

43. A contratação de servidor público, após a Constituição Federal de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 20, conferindo ao empregado pagamento de:

- a) dias efetivamente trabalhados, segundo a contraprestação pactuada, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS;
- b) saldo de salários e férias adquiridas e não gozadas;
- c) saldo de salários, férias não gozadas e 13º salário não recebido oportunamente;
- d) verbas rescisórias próprias da rescisão contratual sem justa causa.

44. Em relação ao chamado *Recurso Adesivo*, no Processo do Trabalho, pode-se afirmar que:

- a) É cabível, porém, necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária;
- b) É cabível, porém, deve ser interposto até 48 horas após ofertadas as contra-razões ao recurso interposto pela parte contrária;
- c) Não é compatível ou cabível, inexistindo, por isto, falar em prazo para sua propositura, bem como em relação da matéria nele veiculada com a do recurso interposto pela parte contrária;
- d) É cabível, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.

45. Assinale a alternativa correta, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) É imprescritível o direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- b) Extinto o contrato de trabalho, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em juízo o não-recolhimento da contribuição para o FGTS;
- c) É trintenária a prescrição do direito de reclamar o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho para ajuizar a competente ação trabalhista;
- d) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 5 (cinco) anos após o término do contrato de trabalho para ajuizar a competente ação trabalhista.

DIREITO EMPRESARIAL (COMERCIAL)

46. A operação de "factoring" mais se aproxima de qual situação:

- a) desconto mercantil mediante a cobrança de juros;
- b) transferência de tecnologia;
- c) emissão de ações;
- d) representação mercantil com exclusividade.

47. São características dos títulos de crédito:

- a) Literalidade e abstração quanto ao nexos causal;
- b) Cartularidade, autonomia e literalidade;
- c) Abstração quanto ao nexos causal, literalidade e dependência;
- d) Unilateralidade, cartularidade e oposição.

48. Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais é:

- a) ilimitada, de forma subsidiária e solidária;
- b) de acordo com o preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- c) é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;
- d) exclusivamente conforme o que dispuser o contrato social.

49. Em relação às sociedades comerciais e às práticas comerciais, e de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando esta for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- b) a violação de estatuto ou contrato social, em detrimento do consumidor, não enseja a desconsideração da personalidade jurídica.
- c) os atos de prepostos e representantes autônomos não implicam responsabilidade solidária do fornecedor.
- d) a sociedade comercial responde subsidiariamente pelos atos de prepostos e representantes autônomos.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

50. *A decisão que decreta a falência e a sentença que julga improcedente o pedido de falência*, respectivamente, desafiam os seguintes recursos:

- a) apelação e recurso especial;
- b) agravo e apelação.
- c) apelação e embargos infringentes;
- d) embargos de declaração e apelação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

Prova de Seleção para Estágio na Área de Direito

2011

Gabarito Rascunho

Candidato : _____ CPF: _____

Questão	Item	Questão	Item	Questão	Item	Questão	Item	Questão	Item
1	11	21	31	41					
2	12	22	32	42					
3	13	23	33	43					
4	14	24	34	44					
5	15	25	35	45					
6	16	26	36	46					
7	17	27	37	47					
8	18	28	38	48					
9	19	29	39	49					
10	20	30	40	50					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

GABARITO OFICIAL

SELEÇÃO 2011

RESPOSTAS

1. b
2. b
3. b
4. a
5. d
6. a
7. d
8. d
9. c
10. d
11. a
12. a
13. a
14. d
15. a
16. a
17. c
18. c
19. d
20. b
21. b
22. a
23. a
24. d
25. d
26. a
27. d
28. c
29. c
30. d
31. d
32. d
33. a
34. c
35. d
36. a
37. a
38. b
39. b



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL

- 40. d
- 41. c
- 42. d
- 43. a
- 44. d
- 45. c
- 46. a
- 47. b
- 48. c
- 49. a
- 50. b